



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
ASSESSORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

-INFORME Nº 003/75-AESI/UFRN-

-02-01-1975-

Assunto: **Panfleto subversivo**

Origem: **Correspondência apreendida**

Avaliação: **F-6.**

Difusão anterior: **DSI/MEC-ARSI/DSI/MEC/NE e Arquivo**

Difusão atual: **GG-7ª Bgdª; CNN/RN; CATRE; SI/DPF/RN; DOPS; PM/RN; CHESF; ASI/DRT;
ASI/TELERN; AESI/ETFRN e Arquivo.**

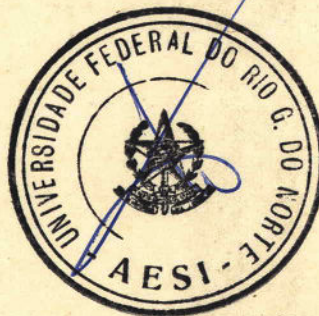
Referência:

Anexo: **Xerox do panfleto**

-Esta Agência apreendeu correspondência dirigida ao Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito da UFRN, de autoria desconhecida, porém expedida de São Paulo-SP.

-O panfleto contido na correspondência em tela denomina-se "BRASIL NOTÍCIA" e tem o número 21.

-O tema explorado é o de contestação do regime atual que chamam de "fascista".



CONFIDENCIAL

MANIFESTO DE CHICO PINTO, NA ÍNTEGRA - Antes de ser recolhido à prisão, para cumprir a pena de 6 meses que lhe foi imposta pelo regime, o deputado Francisco Pinto tentou fazer um último discurso da tribuna do Congresso. As Forças Armadas, porém, ameaçaram: se falasse, o Congresso seria por elas fechado. Impedido de falar, Chico Pinto lançou este "Manifesto à Nação" que a seguir é transcrito na íntegra:

"A caminho do cárcere, considero-me e continuo livre. Livres, contraditoriamente, não são aqueles que, nesta hora, processam e aprisionam, estes já de si prisioneiros de interesses inconfessáveis. Irei cumprir esta pena injusta nos cárceres infectos da ditadura, por onde passam e continuam passando, alguns nem deles saindo, tantos homens e tantas mulheres: pais, maes e quantos integrantes da juventude idealista brasileira. Mas, da prisão sairei, um dia, livre como entrei.

"Bem que sabia, diante daquilo que prometia o governo, através do seu ministério da justiça, que a decisão do Supremo Tribunal Federal haveria de se identificar com a orientação emanada dos seus próprios algozes, que àquele Tribunal mutilou, cassando, em passado recente, alguns dos seus membros, com o objetivo de transformá-lo num instrumento dócil e a serviço das forças da repressão.

"Um povo sem justiça não constitui uma nação: é um ajuntamento", já sentenciava Santo Agostinho. É ao que nos conduziram, com julgadores que julgam sob o império do Ato Institucional nº 5, e, diante de quem detém o poder de acionar os instrumentos arbitrários, dos quais o próprio governo proclama não abrir mão e aos quais ameaça recorrer para manter o medo e a opressão, estes instrumentos excepcionais invadem as fronteiras do Poder Legislativo, nem se interrompem nos limites do Poder Judiciário. Condena-se alguém porque falou e fala a verdade. Não quero a lição da mentira. Rejeito-a categoricamente.

"Sei que o rancor do governo do general Geisel se manifesta, também, pelo fato de que concitei companheiros a não legitimarem a farsa de sua eleição, e, ainda, em razão de ter sido um dos redatores do 'documento-denúncia' que reprovava um processo eleitoral surrealista. A represália do governo revela uma inequívoca posição que é a mais impatriótica e a mais nefasta ao caráter nacional, tentando arrastar outras instituições a um comportamento solidário à intolerância e à opressão.

"Enfim, o governo está em festa. A euforia domina os seus arraiais. Ele já pode transferir e delegar responsabilidades cassatórias. A "Democracia Brasileira", assim, se aperfeiçoa e se aprimora. O que se disputa agora é o primado da perseguição. Este processo e esta condenação têm a sua razão de ser. Ninguém é tão ingênuo, assim, a ponto de admitir que ele se originou no fato de ter eu reproduzido críticas a um Pinochet qualquer.

"Apesar de todo o arsenal da censura e, portanto, com toda aquiescência do governo, a imprensa brasileira, antes e depois do meu processo, registrou, com fidelidade, as torturas, os assassinatos e a participação da CIA, no Chile. Não foi, portanto, a reprodução notória desses fatos, o suporte do processo. Tanto isso é verdade, que outros deputados, sobre Pinochet e outros chefes de Estado, repetiram críticas mais acerbas e acusações mais graves. E nada aconteceu, nem mesmo quando o Supremo Tribunal Federal, por decisão unânime, determinou ao Procurador Geral da República que formalizasse idêntica representação criminal contra um parlamentar da ARENA, que atacou um Chefe de Nação estrangeira. Mas, o processo, movido contra mim, corresponde à necessidade de se calar uma voz. E por que?

"Desde o meu primeiro pronunciamento no Congresso, fiel à bandeira de minha campanha eleitoral, defendi um modelo político que atendesse às aspirações do povo em confronto com espúrios interesses de grupos econômicos internacionais. Um modelo que não sufocasse a participação popular e estimulasse o nacionalismo existente em setores militares. A união de civis e militares tem demonstrado, no atual momento histórico, ser uma força capaz de romper as injustas estruturas econômicas e sociais, que mantém milhões de seres humanos

em condições precárias de sobrevivência. O que propugnávamos, na ocasião, era a compatibilização da convivência da liberdade com o desenvolvimento econômico. Mesmo porque, quando o desenvolvimento econômico é dirigido para todo o povo, não há razão para calar a sua voz, nem de seus representantes.

"Isto é que precisa ficar bem claro: os instrumentos excepcionais que restringem as liberdades públicas, como a censura à imprensa, a proibição da livre manifestação do pensamento, que cerceia a criatividade dos escritores e teatrólogos, dos compositores, cineastas e artistas, dos produtores de rádio e televisão, bem como, a supressão do direito de associação, do direito de greve e do "habeas-corpus", a subordinação da Ordem dos Advogados do Brasil ao Ministério do Trabalho, a suspensão das garantias constitucionais da estabilidade, da vitaliciedade, da inamovibilidade e da irredutibilidade dos vencimentos da Magistratura, além da presença dos Atos Institucionais e do Decreto 477, que atinge estudantes e professores, não são temas gratuitos. São, sim, recursos espúrios do governo para perpetuar, pelo medo e pelo temor, um crescimento voltado para interesses que não são os da Pátria, nem do empresariado nacional, nem muito menos dos trabalhadores, oprimidos pelo arrocho salarial, que permite a concentração de riquezas nas mãos de poucos. A proteção, contudo, às empresas multinacionais e às oligarquias internas, atinge a Nação que fica, assim, dependente e humilhada em sua soberania.

"Deste modo, conseguiram agora o que já vinham tentando, desde a minha eleição à Prefeitura de Feira de Santana. Em 1964, tentaram levar a Câmara de Vereadores a cometer, contra mim, a primeira violência. Houve resistência. Eu não se intimidou diante das metralhadoras, nem das prisões de alguns de seus membros, rejeitando o impedimento proposto. A participação do povo no governo de Feira foi considerado um ato subversivo. Instaurou-se um processo. A Justiça Militar de meu país absolveu-me por unanimidade, tendo o Conselho de Justiça para o Exército e o Superior Tribunal Militar, ouvido de mim próprio, a reafirmação de meus propósitos políticos.

"Lançaram-me candidato a deputado. E, aí, novamente, se levantaram contra mim facções mais radicais do Sistema. O Tribunal Regional Eleitoral e o Tribunal Superior Eleitoral, negaram-se a participar daquela violência. Eleito, a repressão buscou impedir a divulgação do meu primeiro pronunciamento, onde defendia a união entre civis e militares para a execução de um projeto político de profunda inspiração nativista. Em consequência, o Diário do Congresso, pela primeira vez, deixou de circular durante seis dias.

"Insistindo em negar ao povo as informações a que tinha e tem direito, prosseguiu o governo, censurando na imprensa brasileira, pronunciamentos de outros parlamentares. Do mesmo modo, o Sistema negava-se a responder a todas as 500 perguntas subscritas, também, pelo brilhante e corajoso deputado Alercar Furtado, entre outras: a desnacionalização da economia brasileira, a corrupção, a improvisação de obras custosas: Ponte Rio-Niterói, a estrada Transamazônica, o desenfreado endividamento externo e o pagamento extorsivo de juros, acima das taxas cobradas a outras nações, como ocorreu com o México. Na verdade, a Transamazônica está sendo destruída. A Ponte Rio-Niterói, ameaçada em sua estrutura, e, por mais de uma vez, interrompida sua utilização, em consequência de ventos mais fortes. A dívida externa avoluma-se e já atinge a casa de 18 bilhões de dólares. No entanto, continua sendo um grande mistério, as diferenças de juros pagos e onde estão depositadas as reservas do Brasil. Enfim, a Nação está falida.

"Mas, a luta prossegue: de um lado o MDB e os patriotas de todos os recantos deste país. Do outro lado, o governo e as empresas multinacionais.

"Tinham, pois, que me cassar, como me cassaram para não serem cassados. Não ressalto a posição da minoria do Supremo Tribunal Federal, que não quis retirar do Parlamento esvaziado aquele mínimo de prerrogativas. Quem cumpre o dever, rejeita elogios. Por isto, não os farei à atuação, dedicada e corajosa dos advogados: Prof. Josaphat Marinho, que chefiou a defesa, Paulo Brossard e a colaboração do Prof. Heleno Fragoso, além da assistência dos Bels. Inácio Gomes e Adelmo Oliveira.

"Apresentar-me-ei para cumprir na prisão a pena pelo crime que não cometi. Em nenhuma circunstância, contudo, me afastarei da minha Pátria. Esta terra não pertence aos ditadores presentes ou futuros. Se porventura vier

berdade.

"Creio que hei de voltar. Não de ver que voltarei.

"Continuo a repetir: não há derrotas definitivas para a Liberdade". Assinado Francisco Pinto! Eis aí: exemplo de coragem e de dignidade que nesses tempos de terror precisa ser suficientemente valorizado e amplamente divulgado.

PRESOS POLÍTICOS FAZEM GREVE DE FOME - Desde 23 de outubro último encontram-se em greve de fome os presos políticos recolhidos à Penitenciária Estadual, na capital paulista. Manifesto que está circulando em meios democráticos explica os motivos dos presos políticos. A ditadura militar, preocupada com a sua "imagem", tenta negar a existência de presos políticos, espalha-os por vários presídios e os mistura aos presos comuns, violando a Lei de Segurança Nacional por ela mesma implantada que prevê prisão especial para o preso político. Em 1972 os presos políticos fizeram uma greve de fome de 33 dias e conseguiram a vitória de ver-se novamente reunidos numa só prisão, a Casa de Detenção. Em julho último, porém em consonância com o movimento mais geral de intensificação da repressão no país, também os presos políticos foram atingidos, sendo transferidos para Penitenciária Estadual, onde estão há três meses, "confinados em cubículos individuais, privados de todos os direitos que a Lei de Segurança Nacional lhes confere e sujeitos a toda sorte de provocações, não só das autoridades como dos funcionários dos presídios". Acresce ainda - continua o manifesto - a situação de absoluta restrição de visitas familiares, recebimentos de alimentos, agasalhos, leituras e a precariedade das condições de higiene. Além disso, são constantemente removidos para a OBAN (DOI)", onde voltam a ser torturados. Conta o documento que as famílias dos presos se mobilizaram para reivindicar junto às autoridades que seus parentes presos fossem removidos para outro presídio, em condições de lhes oferecer tratamento digno. Durante semanas visitaram periodicamente juizes auditores e o juiz corregedor de presídios, deles recebendo promessas que não se concretizaram. Viajaram a Brasília, avistaram-se com ministros do Superior Tribunal Militar, já que ultimamente não eram mais recebidas pelos juizes auditores de São Paulo. Os advogados dos presos também procuraram demonstrar aos juizes auditores a gravidade dos fatos. A promessa de que seriam transferidos para a Casa do Egresso foi frustrada pela decisão das autoridades de destinar aquele presídio para os elementos do Esquadrão da Morte, protegidos do regime. A situação se agravou quando um funcionário da Penitenciária agrediu o preso político Laerte Dornelles Méliga, fato que motivou enérgico protesto dos restantes 41 presos políticos contra a direção da Penitenciária. Foram todos punidos a 20 dias de isolamento completo em cubículos, suspensão de visitas das famílias, além de outras restrições. Foram inúteis as intervenções do cardeal Arns e outros elementos da Igreja, procurados pelas famílias dos presos políticos, desesperadas ainda mais porque 21 presos estão desaparecidos desde o semestre passado. Assim, os "presos políticos lançaram mão da greve de fome como último recurso que lhes resta contra a situação humilhante em que se encontram (...) quando todas as instâncias foram percorridas, todos os apelos foram feitos não há outra alternativa..." diz o manifesto, que afirma ainda: "É necessário que cada um de nós se coloque no lugar do homem que está preso e que entregue a própria vida pela causa da liberdade (...) É preciso tomar consciência de que o grande presídio é todo o território brasileiro, atingido pelo mesmo regime de autoritarismo e repressão. Portanto, nós estamos dentro dos Presos. Nossa liberdade é restrita ou camuflada. Por que não lutar ao lado destes homens, nossos irmãos, pela causa que atinge a todos nós?" Manifesto anteriormente divulgado (19 de setembro) já denunciava esta situação e assim concluía: "É importante relacionar esta situação com diversos outros fatos alarmantes que vêm demonstrar o aperfeiçoamento do sistema repressivo. Considera-se, por exemplo, o progressivo afastamento de respeitáveis figuras do Poder Judiciário e sua substituição por outras das quais se sabe terem vínculos com o famigerado Esquadrão da Morte. Da mesma forma, continuam a ocorrer com alarmante frequência arbitrárias prisões de operários, estudantes, intelectuais e profissionais liberais, que vêm somar-se aos 70 e tantos presos políticos já condenados e que se encontram na Penitenciária, no Presídio do Hipódromo, no Presídio Feminino e no de Presidente Wenceslau, todos em São Paulo. A vista desta situação parecem ingênuas e infundadas as expectativas que se vêm alimentando em certos círculos a respeito de um clima de "diálogo

entre a Igreja e o Estado, ou da esperança de afrouxamento repressivo. Será que o governo, que faz belas promessas às autoridades da Igreja, não tem o poder de eliminar a repressão, cuja área pode dominar? (...). Não nos iluda - os: o sistema é um só. A máscara pode apenas mudar de cor. O conteúdo na realidade permanece".

PACIÊNCIA NO FIM - Certos acontecimentos recentes são indicadores da insatisfação popular. Na mesma ocasião que, em Brasília, milhares de trabalhadores se revoltavam contra um desabusado aumento de preços e passagens de ônibus e apedrejavam inúmeros ônibus, não se intimidando com a repressão policial, no Rio de Janeiro, três mil trabalhadores, não suportando mais os repetidos atrasos dos trens da Central, incendiaram três vagões e destruíram outros 12 quase completamente. O destacamento policial enviado para o local não ousou intervir ao ver que a massa estava disposta a enfrentá-lo. Dias depois, uma revolta ainda maior (esta a ditadura não permitiu que fosse divulgada pela imprensa) na cidade de Campos (RJ), quando 6 mil pessoas apedrejaram novamente um trem. A "valente" polícia matadora de meninos não teve coragem de enfrentar a massa. Em São Paulo, após vários protestos dos trabalhadores contra os atrasos dos subúrbios da FEPASA, que servem a zona de Osasco, houve a revolta dos trabalhadores que viajam nos subúrbios da Santos-a-Jundiaí. Um trem que faz o percurso Jundiaí a São Paulo apresentou defeito entre as estações de Caieiras e Perus. Além de fazer com que mil passageiros perdessem a hora do trabalho provocou o atraso de outros trens, que não podiam passar. Os protestos se generalizaram em todas as estações do percurso. Segundo nota oficial da Rede Ferroviária Federal, os passageiros daquele primeiro trem recusaram-se a passar para outra composição. E, além disso, toda vez que o trem tentava retomar a viagem alguém puxava a alavanca de segurança e o trem freitava. Em meio aos protestos da multidão indignada (calcula-se que pelo menos 20 mil pessoas perderam a hora do trabalho) a via férrea ficou paralisada inteiramente das 6 às 10 horas da manhã. Logo depois, a censura proibiu a imprensa de divulgar notícia de quaisquer outras ações populares de protesto contra as deficiências do sistema de transporte.

PROTESTO CONTRA A VIOLENCIA POLICIAL - Segundo o "Jornal de Santa Catarina" de 10 de outubro, na véspera cerca de 300 pessoas participaram, em Joinville, de uma passeata de protesto pelo assassinato, pelas costas, do operário José Antonio Zimmermann, pelo comissário de polícia Nilton Andrade! Diz a notícia que os manifestantes portavam cartazes com os dizeres: "Policiais, não destruam a sociedade"; "Irmãos e amigos de Lico querem justiça"; "Policiais, parem de matar". E mais: "Podia-se matar em cada um dos acompanhantes grande revolta pela morte de Lico, ferido a bala pelas costas. Muita gente dizia: "estes policiais estão querendo marginalizar a cidade". Marcia Nazareth, uma velhinha de 77 anos dizia: "Lico era uma ótima pessoa e nunca fez mal a ninguém, e nunca andou armado". Depois de percorrer longo trajeto pela rua 9 de Março, a passeata parou diante da delegacia de polícia, onde permaneceu por mais de meia hora. Assustado, o delegado Eloy Gonçalves de Azevedo mandou que se instalassem diante da delegacia 10 soldados armados com metralhadora, além de outros policiais. Lico foi alvejado pelas costas quando passava na garupa da lambreta de um amigo porque o policial "suspeitou" de que ele fosse cúmplice de outro rapaz acusado de ser assaltante. Por simples suspeita agora também se mata...

AGRICULTORES REVOLTADOS - Os agricultores de São Paulo e Paraná, principal-mente os pequenos e médios, mas também muitos grandes proprietários, têm manifestado uma grande insatisfação. Os pequenos e médios agricultores, proprietários, arrendatários, parceiros e meeiros, estimulados pelo governo, plantaram muito soja, algodão, tomate, laranja, café, amendoim, mamona etc. Na época da safra, os preços caíram espetacularmente. Justamente quando esperavam alguma compreensão do governo para que pudessem aguardar melhores preços, o Banco do Brasil exigiu o imediato pagamento dos financiamentos. A soja, por exemplo, teve de ser vendida a 35 ou 40 cruzeiros a saca para as grandes empresas estrangeiras que comercializam o produto. Muitos nem alcançaram o preço de custo. Tiveram de vender máquinas e até mesmo propriedades para pagar as dívidas. Algumas semanas depois, já na mão dos intermediários, a saca de soja passava a custar 100 cruzeiros! O algodão e

e a mamona estão até agora sem comprador. E quadro semelhante se apresenta para o café e outros produtos. Os criadores de gado também se desesperam com a política do governo, descaradamente favorável aos frigoríficos estrangeiros e que descapitaliza os fazendeiros. Ultimamente, vendo que a insatisfação dos agricultores estaria ameaçando a eleição dos candidatos da ARENA, o governo mandou que o Banco do Brasil liberasse créditos para os agricultores. Comentário de um agricultor: "agora não adianta. A safra já foi toda vendida. Tinha de dar crédito quando a gente estava com a produção na mão". Por tudo isso ninguém se espantou quando em certa cidade de São Paulo, numa roda de agricultores, um deles, que sofreu pesado prejuízo, exclamou: "essa cambada não tem jeito. Só com uma revolução!"

ESQUADRÃO DA MORTE CONTRA MENINOS - Doze policiais encapuçados, armados de metralhadoras, arrastam 91 meninos a do ônibus, espancam-nos, obrigam-nos a tirar toda a roupa e, no meio da noite dando tiros por cima de suas cabeças, forçam-nos a sair correndo pelas matas de um lugar distante, Camanducaia, no interior de Minas Gerais. Esta foi a solução que o governo de São Paulo encontrou para o problema dos menores abandonados da Capital, terrível consequência social do falecido "milagre" econômico. Esta ação, que leva o inequívoco selo do Esquadrão da Morte, pela falta de solidariedade com crianças, pela crueldade e sadismo que encerra, revela com particular nitidez o grau de desintegração em que se encontra o regime, e a intensidade em que é dominado por idéias e práticas fascistas. Segundo o "Jornal do Brasil", os policiais podiam (quem deu ordem?) escolher entre três alternativas: cortar um dedo ou uma orelha de cada menino; fazer uma marca no pescoço de cada um; ou levá-los para outro Estado. Escolhendo a terceira, disseram aos meninos que se voltassem a São Paulo seriam mortos. Diante do horror e revolta manifestados pela opinião pública, o secretário de Segurança Pública, um coronel do Exército (que é o chefe dos policiais implicados, é bom lembrar) afirmou que "foi uma solução errada. Mas uma solução errada é melhor que nenhuma solução". E, depois, concluiu dizendo que o problema do menor é "insolúvel". Ou seja, a "solução errada" está certa. Hitler usaria o termo "Endloesung" que quer dizer "solução final".

PRISÃO DE ESTUDANTE - Em 18 de outubro de 1974, oito centros acadêmicos da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) divulgaram manifesto denunciando a prisão de um colega. Diz: "Hoje, nosso colega Devanir Aparecido Romão, aluno do mestrado de Economia e representante do corpo docente no Órgão Colegiado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, foi detido de forma violenta e arbitrária em sua residência, pelos órgãos de segurança, e conduzido à força num veículo de chapa particular com destino ignorado. (...) em face da gravidade e sobretudo da ilegalidade desta detenção os C.As. da Unicamp vem, através deste, protestar contra esta situação de violência que paira sobre os mais diversos setores da população brasileira, que vivem hoje em constante estado de intranquilidade. Apreensivos pelo destino de nosso colega, e no sentido de preservar sua integridade física, bem como as normas institucionais de respeito aos Direitos Humanos, evocamos a solidariedade da população de um modo geral; para que se manifeste e divulgue este comunicado como uma forma de denúncia."

FRANCESES PEDEM POR PRESO - Um grupo de cientistas, liderados por Alfred Kautler, Prêmio Nobel de Física, reuniu-se em 25 de setembro em frente à embaixada do Brasil em Paris, pedindo a liberdade do professor francês Guy Valette. O professor, acusado de subversão, está preso em Porto Alegre desde o dia 27 de março passado. Entre os manifestantes estavam também o matemático Laurent Schwartz, membro correspondente da Academia Brasileira de Ciências, e o pintor Jean Picard le Doux. Foi entregue uma nota à embaixada brasileira pedindo a libertação de Valette e protestando contra "esta violência aos direitos humanos". Assinam a nota, entre outros, o escritor Jean Cassou e a escritora Marguerite Duras. Valette tem 26 anos e professor de um liceu em Paris.

ALUNO SUSPENSO EM MINAS - O estudante Bernardo Novais da Mata Machado, presidente do Centro de Estudos do Curso de História foi suspenso por oito dias das aulas porque o diretor da Faculdade de Filo-

fia da UFMG considerou "insolentes, agressivos e desrespeitosos as instituições nacionais" os termos de um artigo publicado no boletim do centro. O artigo comentava a extinção, decidida pela própria direção da escola, da disciplina de "Moral e Cívica" do currículo do curso. Os alunos vinham defendendo a extinção dessa matéria há tempos. O que teria motivado a suspensão foi o seguinte trecho do artigo: "Mais do que simples extinção de uma cadeira do curso, deve representar um esforço para erradicar do curso de História a mentalidade e o comportamento fascistas, tais como a alienação, o autoritarismo e a imposição de uma ideologia oficial".

SINAIS DA CRISE - Nas entrelinhas de certos cronistas ditos bem informados, nas declarações amedrontadas de luminares do MDB, lê-se nos últimos dias da campanha eleitoral, sinais de divergências dentro das Forças Armadas. Uma nota de Carlos Chagas, correspondente do "Estado de S. Paulo" em Brasília, datado de 23/10/74, dizia: "em determinados Estados, muitos candidatos, especialmente do partido oposicionista, vêm ultrapassando os limites do bom senso, agredindo de tal forma o sistema que, a continuarem as coisas como estão, o inesperado poderá acontecer, até mesmo prejudicando as intenções presidenciais. Sabem todos, a começar pelo próprio governo federal que os meios revolucionários mais ortodoxos se encontram em estado de alerta, sensíveis à necessidade de não permitir tais excessos. A eles, por infelicidade, juntaram-se nos últimos dias algumas explosões populares do tipo das que acirram veementemente a Revolução" (...) "Ao investir contra o regime, de forma violenta, certos candidatos acirram os ânimos e dão o pretexto perigoso aos que ainda não concordam plenamente com o ideal de normalidade institucional". Diante disso, diz o artigo, importantes figuras do regime estão apreensivas e "não sabem o que poderá acontecer até o dia do pleito...". Por sua vez, Ulisses Guimarães, presidente do MDB, negou veementemente que uma vitória eleitoral do MDB tivesse qualquer conotação "contestatória". Logo que se encerrasse a apuração o MDB iria colocar a sua vitória à "disposição dos esforços do presidente Geisel de institucionalizar o país". E Franco Montoro, respondendo a pergunta de um jornalista que, segundo o "Estado de S. Paulo" se relacionava "com os rumores segundo os quais o governo federal não absorveria eventual derrota eleitoral", respondeu que "a derrota deve ser atribuída à ARENA e não ao atual governo que apenas inicia o mandato". Pretendem, assim, descaracterizar o nítido sentido de protesto contra o regime que parte das massas populares quiseram dar à sua votação no MDB. Outra frase, pescada em nota de 3/11: "O clima, se não é tórrido nos arraiais revolucionários, pode pelo menos ser classificado como quente".

AMEAÇA DE CASSAÇÕES - Com segurança, pode-se apontar pelo menos uma novidade na campanha eleitoral que ora se encerra. Antes mesmo de serem eleitos os poucos candidatos que procuram adotar uma postura realmente oposicionista já estão sendo ameaçados de cassação. Diz nota de 3/11 do "Estado de S. Paulo" que se depois de eleitos e empossados os representantes das "forças oposicionistas, individual ou coletivamente, enveredarem pelos caminhos perigosos da contestação, as consequências serão danosas" (...) "Se o novo Congresso demonstrar incompatibilidade com a tônica revolucionária, deixando-se conduzir pela ação de uns poucos radicais, será atingido pela legislação excepcional" (leia-se cassações de mandato). Quer dizer: a oposição pode se eleger, contanto que não faça oposição...

O QUE ESPERA OS ELEITOS - O método de votação utilizado pela ARENA para a aprovação do Senado à indicação de Delfim Neto para embaixador do Brasil na França deveria fazer os candidatos à eleição meditar sobre seu futuro, se eleitos. Sabendo que Delfim encontraria forte resistência à aprovação de seu nome mesmo dentro da ARENA, o líder arenista Eurico de Rezende distribuiu a cada um dos 41 senadores de seu partido presente ao Senado uma cédula "sim". Indagado se havia cédulas "não" no recinto, respondeu: "Se alguém desejar votar contra a mensagem, deve buscar a outra cédula atrás do plenário". Com esse procedimento, Eurico Rezende garantiu a aprovação maciça, pois, para receber a cédula "não", o senador teria que se deslocar de seu lugar, chamando a atenção, e, conseqüentemente, identificando-se, como ocorreu com apenas um senador da Arena, o único que teve coragem suficiente.